



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Agravo na Apelação nº 0286406-4 (N.P.U. 0001170-83.2012.8.17.0730)

Agravante: Município de Ipojuca

Agravado: José Gilson Martins da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. MUNICÍPIO DE IPOJUCA. GUARDA MUNICIPAL. DIREITOS SOCIAIS CONSTITUCIONALMENTE PREVISTOS NOS ARTIGOS 7º E §3º DO ARTIGO 39. DIREITO AO RECEBIMENTO DE HORAS EXTRAS. GRATIFICAÇÃO NATALINA, FÉRIAS ACRESCIDAS DO TERÇO CONSTITUCIONAL. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA PELA MUNICIPALIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. O servidor público contratado em caráter emergencial e temporário mantém relação de natureza administrativa com a Administração, motivo pelo qual não faz jus à percepção de verbas indenizatórias próprias de contrato de trabalho regido pela CLT, mesmo que por contrato temporário com prazo excedido.
2. É de ser garantido o exercício de direitos sociais pelo trabalhador temporário, tais como o direito à compensação pecuniária pelas férias não gozadas (acrescidas do terço constitucional) e à percepção do décimo terceiro salário, como decorrência da efetiva prestação de serviços e horas extras devidamente comprovadas.
3. No tocante às horas extras, restou comprovado nos autos o labor extraordinário do autor por meio dos documentos anexados às fls. 121, 124 e 125, 128 a 135 e 138 (folhas de ponto) pelo próprio recorrente.
4. Importante frisar que, mesmo considerando o regime de 12x36 dos guardas municipais, o demandante comprovou, através das folhas de ponto acostadas aos autos que, em algumas semanas, laborou vários dias seguidos, sem obter o direito às 36 horas de descanso, o que lhe dá o direito às horas extras pleiteadas.
5. Recurso desprovido, para manter a decisão terminativa guerreada. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

128
92

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo na Apelação nº 0286406-4, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara de Direito Público deste e. Tribunal de Justiça, em sessão desta data, à unanimidade, em negar provimento ao presente Recurso, nos termos do Relatório, Voto e Notas Taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

129
P

1ª Câmara de Direito Público

Agravo na Apelação nº 0286406-4 (N.P.U. 0001170-83.2012.8.17.0730)

Agravante: Município de Ipojuca

Agravado: José Gilson Martins da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo (fls. 154/170) proposto pelo Município de Ipojuca em face de Decisão Terminativa que negou provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo municipal, para manter a sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar a Municipalidade a indenizar o demandante José Gilson Martins da Silva pelas horas extras trabalhadas.

Em suas razões de agravo, sustenta o Município de Ipojuca, a inexistência do direito ao guarda municipal ao recebimento de horas extras, pois não está regido pela CLT e não há previsão legal para tanto.

Pugna, então, pela retratação da decisão agravada ou, caso assim não se entenda, seja levado o recurso a julgamento.

É o relatório.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

180
2

1ª Câmara de Direito Público

Agravo na Apelação nº 0286406-4 (N.P.U. 0001170-83.2012.8.17.0730)

Agravante: Município de Ipojuca

Agravado: José Gilson Martins da Silva

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Trata-se de ação de cobrança pleiteando horas extras não pagas, oriundas do contrato temporário por excepcional interesse público, como guarda municipal.

O servidor público contratado em caráter emergencial e temporário mantém relação de natureza administrativa com a Administração, motivo pelo qual não faz jus à percepção de verbas indenizatórias próprias de contrato de trabalho regido pela CLT, mesmo que por contrato temporário com prazo excedido.

À vista do que foi anexado ao autos, observo que o vínculo funcional mantido entre o Município/recorrente e o apelado foi regido por normas de Direito Administrativo, pelo que não seriam devidos os pedidos relativos a verbas trabalhistas.

Oportuno registrar, no ponto, trecho do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, proferido no Recurso Extraordinário nº 732.202/AM, *verbis*:

“(…) Ora, contrariamente ao que entende o recorrente e ao que decidiu o Tribunal a quo, a mera prorrogação do prazo de contratação da servidora temporária não tem o condão de transmutar o vínculo administrativo que mantinha com o Estado do Amazonas em relação de natureza trabalhista.

A prorrogação do contrato nessas circunstâncias, seja ela expressa ou tácita, em que se opera a mudança do prazo de vigência deste, de determinado para indeterminado, pode até ensejar nulidade ou caracterizar ato de improbidade, com todas as consequências que isso acarreta, por ofensa aos princípios e regras que disciplinam a contratação desse tipo de servidores, mas não altera, peço vênia para insistir, a natureza jurídica do vínculo de cunho administrativo que se estabelece originalmente.”



131
P

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Assim, cumpre reconhecer que mesmo havendo prorrogação do prazo do contrato temporário, o vínculo continua sendo jurídico-administrativo, não havendo que se falar em relação contratual, sujeita ao regime celetista.

Por outra banda, isto não significa dizer que, em havendo *prorrogação* do prazo originariamente *determinado* – passando o contrato a vigor por *prazo indeterminado* – os servidores *temporários* não farão jus às verbas rescisórias que, não obstante comumente visualizadas como próprias do *regime celetista*, derivam de previsão constitucional expressa.

Com efeito, penso que o rol de direitos constantes do art. 39, § 3º da CF (por remissão ao art. 7º da Carta Magna), é aplicável tanto aos servidores estatutários como àqueles sujeitos ao regime de emprego.

Dentre tais direitos, encontram-se o 13º salário e as férias anuais acrescidas de um terço e o adicional de horas extras.

A matéria já passou pelo crivo deste egrégio Tribunal de Justiça em diversas oportunidades, havendo a Corte, reiteradamente, afirmado que a celebração do referido contrato não afasta do trabalhador contratado os direitos constitucionais do décimo terceiro salário e das férias acrescidas de 1/3, conforme exemplificam os arestos seguintes:

EMENTA: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VERBAS PLEITEADAS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO PARA ATENDER NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. 1. Contrato de trabalho por tempo determinado celebrado de acordo com o art. 37, inc. IX, da CF, regulamentado por Lei. 2. A ação, objeto da controvérsia, visa ao pagamento de verbas trabalhistas decorrentes de serviços prestados ao Estado. 3. A satisfação da obrigação salarial se demonstra por recibo ou comprovante de crédito em conta corrente, ônus do qual o agravante não se desincumbiu. 4. Correta, portanto, a prestação jurisdicional que reconheceu em favor do agravado o direito de receber os salários devidos e não pagos decorrentes do exercício regular de suas funções. 5. Não vulneração dos arts. 3º e 9º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 10.954/93, art. 26 da Lei 11.216/95. 6. Recurso de agravo improvido unanimemente (RA nº 200776-3/01, 8ª Câmara Cível, Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, DJ 28/1/2010). *ERK*



132
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. 13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS. DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE PROTEGIDOS. AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO TERMINATIVA MANTIDA. 1. A natureza especial do contrato administrativo de trabalho temporário não exclui os direitos constitucionais à percepção de 13º salário e adicional de férias de no mínimo 1/3 (um terço) do valor do salário normal. 2. Recurso de Agravo a que se nega provimento. 3. Decisão Terminativa mantida à unanimidade. (RA nº 208171-0/01, 7ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Cerqueira, DJ 13/7/2010).

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. RECURSO DE AGRAVO NÃO PROVIDO POR UNANIMIDADE DE VOTOS. 1. O trabalhador contratado pela Administração Pública para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, goza do direito à percepção férias anuais remuneradas e décimo terceiro salário. 2. Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de contrato administrativo de trabalho temporário por necessidade de serviço, o que permite que o mesmo faça jus à percepção dos direitos do trabalhador já elencados. 3. Recurso de Agravo não provido por unanimidade de votos. (RA nº 0020422-02.2010.8.17.0000 (185834-2/01) Rel. Des. José Ivo de Paula Guimarães. Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível. DJ 25/11/2010).

Na linha da orientação jurisprudencial acima destacada, é de ser garantido o exercício de direitos sociais pelo trabalhador temporário, tais como o direito à compensação pecuniária pelas férias não gozadas (acrescidas do terço constitucional) e à percepção do décimo terceiro salário, como decorrência da efetiva prestação de serviços e horas extras devidamente comprovadas.

No tocante às horas extras, restou comprovado nos autos o labor extraordinário do autor por meio dos documentos anexados às fls. 121, 124 e 125, 128 a 135 e 138 (folhas de ponto) pelo próprio recorrente.

Importante frisar que, mesmo considerando o regime de 12x36 dos guardas municipais, o demandante comprovou, através das folhas de ponto acostadas aos autos que, em algumas semanas, laborou vários dias seguidos, sem obter o direito às 36 horas de descanso, o que lhe dá o direito às horas extras pleiteadas.

GMK



183

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

O Colendo Tribunal de Justiça de Pernambuco já se pronunciou em relação ao pedido de horas extras advindo de contrato temporário por excepcional interesse público:

ADMINISTRATIVO. GUARDAS MUNICIPAIS. OBSERVÂNCIA À LEI MUNICIPAL Nº 1.886/2000 E À LEI MUNICIPAL Nº 2.515/2009. APELO PROVIDO. HORAS EXTRAS DEVIDAS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Consoante preceituam o Decreto Municipal nº 91/99 e a Lei Municipal nº 2.343/2006, os guardas municipais do município apelado trabalham em regime de escala 12x36 (doze horas por 36 horas). 2. Apesar de os recorrentes terem ingressado na função somente em 2007, inclusive após a Lei nº 2.343/2006, continuam submetidos às disposições da Lei Municipal nº 1.886/2000 (Estatuto da Guarda Municipal), a qual, no seu art. 56, I, estabelece a quantidade de 120 (cento e vinte) horas mensais de trabalho. 3. Os guardas municipais laboram, nos meses com 30 (dias) dias, 180 (cento e oitenta) horas mensais, excedendo em 60 (sessenta) horas o limite legal, e, nos meses com 31 (trinta e um) dias, trabalham 192 (cento e noventa e duas) horas, totalizando 72 (setenta e duas) horas extras. 4. Em reconhecimento à quantidade de horas laboradas em excesso, a edilidade editou a Lei Municipal nº 2.515/2009, estipulando que a duração normal da jornada de trabalho obedecerá a escalas organizadas pelo Comando, em regime de revezamento ou número, em 6 (seis) horas contínuas, perfazendo um total de 30 (trinta) horas semanais e 120 (cento e vinte) horas por mês, conforme art. 56 da Lei Municipal nº 1.886/2000, extirpando, assim, o regime de escala 12x36. 5. Horas extras e suas respectivas repercussões devidas no período compreendido entre a admissão dos apelantes e a vigência da Lei Municipal nº 2.515/2009, mais honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. 6. Apelo à unanimidade provido. (TJ-PE - APL: 9048020108170370 PE 0000904-80.2010.8.17.0370, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 09/02/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 39, undefined)

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GUARDAS MUNICIPAIS. HORAS EXTRAS DEVIDAS. REPERCUSSÃO SOBRE REPOUSO SEMANAL REMUNERADO, 13º SALÁRIO E FÉRIAS. OMISSÃO CONFIGURADA. EFEITOS INFRINGENCIAIS. ACLARATÓRIOS PROVIDOS. 1. O aresto embargado foi omissivo ao deixar de se pronunciar acerca da incidência das horas extras concedidas sobre o repouso semanal remunerado, 13º salário e férias. 2. Apesar de ter o acórdão fustigado julgado procedente a demanda originária com o deferimento das horas extraordinárias perseguidas pelos guardas municipais recorrentes, olvidou-se em especificar as verbas sobre as quais devem incidir as horas referidas, nos termos da exordial. 3. Aclaratórios providos com efeitos infringenciais à unanimidade, no sentido de condenar a edilidade embargada ao pagamento das horas extras e suas repercussões sobre o repouso semanal remunerado, 13º salário e férias devidas no período compreendido entre a admissão dos embargantes (maio de 2007) e a vigência da Lei Municipal nº 2.515/2009, mais honorários advocatícios à razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação e custas processuais. (TJ-PE - ED: 2704012 PE 0017408-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

39.2012.8.17.0000, Relator: Itamar Pereira da Silva Júnior, Data de Julgamento: 20/09/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 178/2012, undefined)

Assim, não merece reforma a sentença vergastada, pois o demandante tem direito às horas extraordinárias pleiteadas.

Ante o exposto, **voto pelo conhecimento e desprovimento do presente Agravo**, mantendo-se a decisão terminativa vergastada.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.


Erik de Sousa Dantas Simões
Des. Relator